

Linguagem como tecnologia social, estilo, poder e justiça na governança algorítmica.

Language as social technology, style, power and justice in algorithmic governance.

*Me. Fernando Rodrigues Peres (UEL)¹
Prof. Dr.^a Edina Regina Pugas Panichi (UEL)²*

RESUMO: Inteligência Artificial, tomando como eixo a relação entre forma textual, autoria, poder e justiça comunicativa. Parte-se da hipótese de que o modo de dizer não constitui elemento periférico do enunciado, mas componente decisivo da produção de sentido, da atribuição de responsabilidade e da orientação prática do destinatário. Com base em pesquisa estritamente teórica, de natureza qualitativa, bibliográfica e interpretativa, o estudo articula contribuições da Filosofia, da Linguística, da Estilística, da Pragmática, da Análise do Discurso e da Ética. O percurso analítico organiza-se em três dimensões centrais: autoria e responsabilidade, endereçamento e relações de poder, e estética, legibilidade e padronização. A discussão demonstra que respostas de IA podem produzir efeitos de autoridade não justificada quando apresentam fluidez, coesão e tom institucional sem explicitar escopo, limites e fundamentos reconhecíveis. Mostra, ainda, que o endereçamento interfere diretamente na agência do destinatário, podendo tanto favorecer a compreensão e a ação quanto reforçar assimetrias e dependência discursiva. No plano formal, o artigo sustenta que legibilidade, organização e variação expressiva são condições de acesso, ao passo que a padronização excessiva tende a gerar nivelamento tonal, empobrecimento estilístico e neutralização de diferenças contextuais. Conclui-se que a estilização algorítmica deve ser compreendida como objeto legítimo de governança, uma vez que a forma do texto integra o dever de informação adequada e participa da responsabilidade institucional em contextos públicos e sensíveis.

Palavras-chave: Estilística. Inteligência Artificial. Linguística.

¹ Advogado atuante em Direito Digital e Crimes Cibernéticos. Bacharel em Direito; Especialização em Perícia Cibernética, Compliance, Inteligência Artificial, Direito Digital e Docência no Ensino Superior. Mestre em Ciência da Informação. Doutorando em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina.

² Graduada em Letras Anglo-Portuguesas. Mestre em Letras. Doutora em Letras com pós-doutorado em Teoria/Crítica Literária. Atualmente é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina

ABSTRACT: This article examines the algorithmic stylization of language in responses mediated by Artificial Intelligence systems, focusing on the relationship between textual form, authorship, power, and communicative justice. It is based on the assumption that the way something is said is not a peripheral element of the utterance, but a decisive component in the production of meaning, the attribution of responsibility, and the practical orientation of the recipient. Grounded in a strictly theoretical study of a qualitative, bibliographic, and interpretive nature, the analysis brings together contributions from Philosophy of Language, Linguistics, Stylistics, Pragmatics, Discourse Analysis, and the ethics of technology. The article is organized around three central dimensions: authorship and responsibility, address and power relations, and aesthetics, readability, and standardization. The discussion shows that AI-generated responses may produce effects of unjustified authority when they display fluency, coherence, and an institutional tone without making their scope, limits, and recognizable grounds explicit. It also argues that address directly affects the recipient's agency, either supporting understanding and action or reinforcing asymmetries and discursive dependence. At the formal level, the study contends that readability, organization, and expressive variation are conditions of access, whereas excessive standardization tends to generate tonal leveling, stylistic impoverishment, and the neutralization of contextual differences. It concludes that algorithmic stylization must be understood as a legitimate object of governance, since textual form is part of the duty to provide adequate information and participates in institutional responsibility in public and sensitive contexts.

Keywords: Stylistics; Artificial Intelligence; Linguistics.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste artigo é examinar, em bases estritamente teóricas, de que modo a estilização algorítmica da linguagem interfere na constituição da autoria e da responsabilidade, no endereçamento e nas relações de poder, bem como na estética e na legibilidade dos enunciados produzidos em contextos mediados por Inteligência Artificial. Parte-se da compreensão de que a forma do texto não é um elemento secundário, mas componente decisivo da própria função social da linguagem.

Um primeiro objetivo específico consiste em delimitar conceitualmente a estilização algorítmica como fenômeno discursivo. Isso implica descrevê-la não apenas como padronização formal, mas como prática que organiza expectativas, molda percepções de autoridade e condiciona a relação entre texto, instituição e interlocutor. Tal delimitação é necessária para que o tema não seja reduzido a uma questão puramente técnica.

Um segundo objetivo é discutir como a explicitação de escopo, limites e fundamentos reconhecíveis altera a percepção de autoria e responsabilidade. Interessa compreender em que

medida a presença de marcas enunciativas claras contribui para tornar a orientação mais imputável, auditável e socialmente situada, reduzindo interpretações equivocadas sobre o alcance do que se afirma.

Um terceiro objetivo volta-se ao exame do endereçamento. Pretende-se analisar como o tom, a polidez, a diretividade e as justificativas breves podem favorecer a agência do destinatário sem ampliar assimetrias indevidas. Em termos mais precisos, busca-se compreender como orientar de forma clara sem produzir um enunciado autoritário, e como acolher sem transformar a resposta em mera linguagem de conforto desprovida de ação.

Um quarto objetivo diz respeito à forma textual propriamente dita. O artigo procura refletir sobre como organização, síntese, ordem argumentativa e variação expressiva influenciam a legibilidade e a capacidade de ação do interlocutor. Nesse ponto, o interesse central recai sobre o problema do nivelamento tonal e sobre os riscos de uma padronização excessiva que torne a linguagem aparentemente neutra, mas socialmente empobrecida.

Por fim, o artigo busca propor um horizonte conceitual que sustente futuras práticas de governança do estilo em instituições públicas e privadas. Ainda que o trabalho não tenha natureza aplicada, procura oferecer bases teóricas para a formulação de critérios simples de revisão, validação e prestação de contas, especialmente em domínios sensíveis como saúde, justiça, educação e serviços públicos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Linguagem, estilo e poder

A relação entre linguagem, estilo e poder ocupa posição central nos estudos da linguagem porque o modo de dizer nunca é neutro. Toda escolha lexical, sintática ou discursiva produz efeitos de sentido, organiza hierarquias e orienta expectativas sociais. A linguagem não atua apenas como veículo de transmissão de conteúdos, mas como forma de ação simbólica sobre o mundo e sobre os interlocutores. Nesse sentido, pensar o estilo em contextos mediados por Inteligência Artificial exige retomar uma tradição teórica que entende o enunciado como prática social, situada historicamente e atravessada por relações de poder (Halliday, 1978; Fairclough, 1992; Bourdieu, 1991).

No plano mais amplo, a linguagem pode ser compreendida como uma estrutura social de produção de sentido. Em Saussure, a língua aparece como sistema de valores relacionais, no qual cada elemento adquire função por diferença e articulação no conjunto (Saussure,

1975). Essa dimensão estrutural, porém, não esgota a linguagem concreta. Quando o foco se desloca do sistema para o uso, torna-se possível perceber que as formas de enunciar não apenas comunicam, mas também regulam condutas, distribuem legitimidade e constroem posições discursivas. É nesse deslocamento que o problema do estilo ganha densidade teórica.

A Estilística clássica já havia indicado que o estilo não pode ser reduzido a ornamento. Em Bally, o estilo é associado ao valor expressivo da língua e à maneira pela qual escolhas linguísticas carregam marcas afetivas, sociais e funcionais (Bally, 1909). Em língua portuguesa, autores como Lapa e Nilce Sant'Anna Martins também insistem que o estilo resulta de uma combinação entre seleção formal e finalidade comunicativa, sendo inseparável do efeito produzido no leitor ou ouvinte (Lapa, 1970; Martins, 1989). Sob essa perspectiva, o estilo é um operador de relação: ele organiza o modo como a mensagem se oferece e como o interlocutor é convocado a recebê-la.

Essa dimensão relacional torna-se ainda mais evidente quando se pensa a linguagem a partir do poder simbólico. Para Bourdieu, a eficácia de um enunciado não depende somente de sua correção formal, mas das condições sociais que autorizam quem fala e reconhecem legitimidade ao que é dito (Bourdieu, 1991). Há, portanto, uma economia simbólica da linguagem: certas formas de dizer produzem mais obediência, mais confiança e mais reconhecimento do que outras. Quando um enunciado apresenta tom institucional, estrutura estável e vocabulário padronizado, ele não apenas informa; ele performa autoridade. Esse ponto é decisivo para a análise da linguagem mediada por IA, já que respostas formalmente organizadas podem ser recebidas como legítimas mesmo quando seus fundamentos não estão claramente expostos.

Na Análise do Discurso, essa articulação entre linguagem e poder é aprofundada por Fairclough, que entende o discurso como prática social e mostra que as formas discursivas são também formas de produção e reprodução de relações sociais (Fairclough, 1992; 1995). O texto não existe isolado: ele se vincula a instituições, práticas e ordens de discurso. Em consequência, escolhas de tom, registro e organização não devem ser lidas como simples preferências formais, mas como modos de estabilizar determinadas relações entre quem enuncia e quem recebe a enunciação. Em ambientes institucionais, isso significa que o estilo pode reforçar neutralidade aparente, naturalizar assimetrias ou, ao contrário, abrir espaço para explicitação de limites, razões e responsabilidades.

Também a Pragmática mostra que o poder da linguagem não reside apenas no conteúdo proposicional, mas naquilo que se faz ao dizer. Em Grice, a cooperação conversacional depende de expectativas compartilhadas de relevância, quantidade, qualidade

e modo (Grice, 1975). Em Levinson, a Pragmática evidencia que o significado emerge de inferências contextuais e não apenas de estruturas literais (Levinson, 1983). Essas contribuições ajudam a compreender que o estilo interfere diretamente no cálculo interpretativo do destinatário: textos excessivamente técnicos, vagos ou autoritários alteram a forma como a orientação é entendida e executada. A força do enunciado, portanto, não está apenas no que ele afirma, mas no tipo de relação interpretativa que ele institui.

A dimensão interacional dessa questão pode ser observada também em Goffman, para quem a vida social é profundamente marcada por performances situadas, nas quais os sujeitos manejam impressões, posições e expectativas mútuas (Goffman, 1959). O estilo, nesse quadro, torna-se parte do gerenciamento da face e do enquadramento da interação. Um enunciado pode ser acolhedor, ameaçador, cooperativo, evasivo ou paternalista conforme a combinação entre forma e contexto. Em respostas mediadas por IA, essa camada interacional é especialmente importante, porque a aparência de neutralidade técnica pode ocultar modos bastante específicos de endereçamento e controle.

Bakhtin amplia esse horizonte ao enfatizar que todo enunciado é dialogicamente orientado e carrega marcas de outras vozes, outros gêneros e outras posições ideológicas (Bakhtin, 1981; 1986). A linguagem é sempre atravessada por historicidade e alteridade. Nessa chave, o estilo não é apenas escolha individual, mas inscrição em tradições discursivas e gêneros relativamente estáveis. A padronização de respostas mediadas por IA, portanto, não é só uma questão de eficiência textual: ela participa de processos mais amplos de normalização dos gêneros de orientação, aconselhamento e atendimento, muitas vezes comprimindo diferenças de situação, experiência e repertório expressivo.

Desse conjunto de referenciais decorre uma compreensão decisiva para este trabalho: linguagem, estilo e poder não são dimensões separadas. O estilo é uma das formas pelas quais o poder se torna inteligível e operante no texto. Ele define o tom da autoridade, a medida da distância entre interlocutores, o grau de justificativa das recomendações e o espaço deixado para dúvida, contestação ou autonomia. Em contextos mediados por Inteligência Artificial, pensar o estilo significa, portanto, pensar a própria governança do discurso. Isso exige atenção não apenas ao conteúdo da orientação, mas às formas pelas quais ela se apresenta, persuade, limita e distribui responsabilidade.

2.2 Autoria e responsabilidade

A discussão sobre autoria e responsabilidade ocupa lugar central na análise da linguagem mediada por sistemas de Inteligência Artificial porque o enunciado não circula

apenas como informação, mas como posição de fala socialmente reconhecível. Sempre que uma resposta se apresenta de modo coeso, claro e aparentemente seguro, produz também um efeito de autoridade. O problema teórico não está somente em saber se o conteúdo é adequado, mas em compreender quem fala naquele texto, com que legitimidade fala e quais limites são explicitados ao destinatário. Em termos discursivos, a autoria não pode ser confundida com simples origem material da frase; ela envolve a construção de uma posição enunciativa que organiza responsabilidade, alcance e expectativa de confiança.

Na tradição filosófica e linguística, essa questão já aparece quando se distingue produção formal e sentido efetivo. Em Wittgenstein, o significado não reside numa essência abstrata da palavra, mas no modo como ela funciona em práticas de linguagem concretas. É por isso que a célebre afirmação segundo a qual “for a large class of cases of the employment of the word ‘meaning’ it can be defined thus: the meaning of a word is its use in the language”³ (Wittgenstein, 1953, §43, p. 20) continua decisiva. A autoria, nesse quadro, não se limita ao sujeito empírico que escreve; ela se organiza no uso, no contexto e nas regras implícitas que orientam a interpretação do enunciado. Quando um sistema de IA produz uma orientação, a aparência de autoria pode emergir do próprio formato da resposta, ainda que não haja intenção no sentido humano do termo.

Essa distinção torna-se mais nítida com Searle, especialmente quando o autor insiste que a manipulação formal de símbolos não equivale à compreensão semântica. Em seu argumento mais conhecido, a tese é direta: “syntax is not sufficient for semantics”⁴ (Searle, 1980, p. 417). Essa formulação é decisiva para a responsabilidade enunciativa em contextos de IA. Uma resposta pode parecer semanticamente robusta, mas isso não significa que o sistema compreenda o que diz, nem que a responsabilidade pelo conteúdo esteja situada de modo transparente. O efeito de autoria, assim, pode mascarar um vazio de imputabilidade se o texto não explicitar escopo, limites e fundamentos. A linguagem bem formada, por si só, não garante responsabilidade; apenas simula sua superfície.

No campo da análise do discurso, a autoria deve ser entendida como função discursiva associada a regimes de legitimidade. Fairclough mostra que o texto não é autônomo, pois participa de práticas sociais e institucionais mais amplas, nas quais modos de dizer consolidam e reproduzem relações de poder (Fairclough, 1992). A responsabilidade, então, não se resume a uma questão moral abstrata, mas diz respeito à capacidade de reconstruir as

³ “Para uma grande classe de casos de emprego da palavra ‘significado’, ela pode ser definida assim: o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem.” (tradução nossa)

⁴ “A sintaxe não é suficiente para a semântica.” (tradução nossa)

condições de produção, os fundamentos e as consequências do enunciado. Quando um texto explicita de onde fala, com base em quais critérios e até onde sua orientação se aplica, cria-se um lastro discursivo que permite revisão, contestação e responsabilização. Sem isso, produz-se um efeito de autoridade opaca.

Essa opacidade se relaciona diretamente ao que Bourdieu denomina poder simbólico. Para o autor, a força de uma enunciação depende das condições sociais que autorizam sua recepção como legítima (Bourdieu, 1991). Não basta dizer algo; é preciso que a forma social do dizer seja reconhecida. Em respostas mediadas por IA, a construção estilística pode operar como marca de legitimidade mesmo na ausência de fundamentos claramente enunciados. A autoria, assim, deixa de ser apenas assinatura ou identificação da fonte e passa a ser um efeito de discurso. Quanto mais padronizado, formal e “institucional” o texto parece, maior a tendência de o destinatário atribuir-lhe confiança e autoridade. A responsabilidade, nesse cenário, exige mecanismos textuais e institucionais que impeçam essa legitimidade de funcionar sem lastro explícito.

A pragmática reforça essa leitura ao mostrar que a responsabilidade do enunciado depende também do tipo de ato realizado. Austin demonstrou que dizer é fazer, isto é, que a enunciação produz efeitos no mundo, institui compromissos e pode alterar situações práticas (Austin, 1962). Se uma resposta orienta, recomenda, adverte ou encaminha, ela não é apenas descritiva. Por essa razão, a autoria responsável precisa incluir indicadores de escopo e justificativa. Quando o texto assume a forma de conselho, advertência ou instrução, deve também tornar visível o fundamento que sustenta esse ato. Caso contrário, o destinatário recebe uma força ilocucionária aparentemente legítima, mas sem condições claras de verificação.

Essa exigência de explicitação se aproxima do princípio de responsabilidade formulado por Hans Jonas. Embora seu foco seja a ética da civilização tecnológica, sua formulação é altamente pertinente para o problema da linguagem mediada por IA: “aja de modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana na Terra” (Jonas, 2006, p. 47). Em termos comunicativos, isso significa que a produção discursiva técnica não pode ignorar os efeitos práticos de sua forma. Responsabilidade não é apenas responder depois do dano, mas estruturar previamente o enunciado de modo a reduzir ambiguidades, excessos de autoridade e falsas expectativas. A autoria responsável, nesse sentido, deve ser preventiva, e não apenas reativa.

Floridi amplia essa preocupação ao tratar a informação como objeto de desenho conceitual e responsabilidade pública. A forma de organizar a informação interfere em sua

inteligibilidade e em sua capacidade de orientar ações de modo eticamente aceitável (Floridi, 2019). Em sistemas de IA, isso significa que autoria e responsabilidade não podem ser pensadas apenas no nível técnico do modelo ou no nível abstrato da política institucional. Elas precisam aparecer no próprio texto, por meio de escolhas que tornem visíveis seus limites. A presença de expressões como “orientação geral”, “não substitui avaliação profissional” ou “baseado em diretriz X” não é um detalhe burocrático; é mecanismo de responsabilização discursiva.

No plano da comunicação pública, a *Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence* da Unesco reforça que sistemas de IA devem ser guiados por princípios de transparência, responsabilidade e explicabilidade (Unesco, 2021). Embora a recomendação tenha escopo mais amplo, suas implicações discursivas são claras: uma resposta não pode ser tratada como neutra se afeta decisão prática. A responsabilidade deve aparecer não apenas em documentos internos, mas na interface mesma da orientação oferecida ao usuário. Autoria, nesse caso, não é somente quem programou ou instituiu o sistema, mas como essa cadeia de mediação se torna inteligível no enunciado final.

Em síntese, autoria e responsabilidade, em comunicação mediada por Inteligência Artificial, constituem dimensões inseparáveis da forma do texto. A autoria não é um dado natural; é um efeito discursivo que precisa ser situado por escopo, limites e fundamentos. A responsabilidade, por sua vez, depende da possibilidade de reconstruir por que aquela orientação foi dada, com que legitimidade e em quais condições deve ser recebida. A ausência desses elementos fortalece o efeito de autoridade sem lastro e enfraquece a justiça comunicativa. Sua presença, ao contrário, torna o enunciado mais imputável, mais auditável e mais proporcional às exigências éticas de contextos sensíveis.

2.3 Endereçamento, legibilidade e justiça comunicativa

O endereçamento diz respeito à forma como o enunciado posiciona o interlocutor e organiza a relação entre quem fala e quem recebe a fala. Em contextos mediados por Inteligência Artificial, essa dimensão é especialmente sensível, porque o texto pode ser recebido como orientação institucional, aconselhamento técnico ou fala aparentemente neutra, ainda que se trate de uma saída produzida por um sistema automatizado. O problema teórico não é apenas identificar o conteúdo da resposta, mas compreender como ela enquadra o destinatário: como alguém a ser instruído, convencido, acolhido, advertido ou encaminhado. Essa escolha discursiva interfere diretamente na agência do interlocutor e na forma como ele interpreta a legitimidade da orientação.

A Pragmática oferece uma base importante para esse debate. Em Grice, o entendimento de um enunciado depende de expectativas cooperativas relativas à relevância, à clareza, à suficiência e à sinceridade da informação (Grice, 1975). Uma resposta pouco clara, excessivamente técnica ou mal organizada compromete esse pacto inferencial e enfraquece a possibilidade de compreensão efetiva. Em Levinson, a Pragmática aparece como campo dedicado justamente à relação entre significado e contexto, isto é, à maneira como o destinatário reconstrói sentidos a partir do que é dito e do modo como é dito (Levinson, 1983). Em linguagem mediada por IA, isso significa que endereçamento e legibilidade não são qualidades periféricas, mas condições de possibilidade da interpretação.

A Teoria da Polidez de Brown e Levinson mostra que toda interação envolve manejo de “face”, ou seja, do valor social que os participantes projetam e tentam preservar (Brown; Levinson, 1987). Em respostas de orientação, o estilo pode ameaçar a face do interlocutor quando assume tom impositivo, corretivo ou excessivamente categórico, sobretudo se não oferece razões claras para a recomendação. Por outro lado, um texto que procura proteger a face por meio de acolhimento ou cautela excessivos pode deslizar para a indeterminação e não fornecer caminhos de ação. O desafio do endereçamento, portanto, está em equilibrar diretividade e respeito, de modo que o destinatário se sinta tratado como agente capaz de compreender razões e tomar decisões.

A Sociolinguística e a Etnografia da comunicação ampliam essa questão ao mostrar que formas de dizer variam conforme contexto, repertório e posição social. Hymes lembra que a competência comunicativa envolve saber não apenas o que é gramatical, mas o que é apropriado dizer, a quem, em que circunstâncias e com qual efeito esperado (Hymes, 1974). Halliday, por sua vez, ao compreender a linguagem como semiótica social, evidencia que a organização textual está vinculada a funções sociais específicas e a contextos institucionais concretos (Halliday, 1978). Endereçamento e legibilidade, assim, não podem ser analisados como qualidades universais e abstratas; dependem de adequação ao domínio, ao risco e ao público a que o texto se destina.

A legibilidade, nesse quadro, deve ser compreendida para além da mera simplicidade. Crystal define a linguagem como prática de organização de significados em diferentes níveis, inclusive no plano de sua inteligibilidade social (Crystal, 2008). Em comunicação pública, legibilidade significa organizar o texto de forma a reduzir a carga cognitiva sem empobrecer o conteúdo. Jakob Nielsen mostra, no campo da usabilidade, que interfaces e textos eficazes precisam facilitar navegação, previsibilidade e reconhecimento rápido de ações possíveis (Nielsen, 1993). Donald Norman, ao discutir design centrado no usuário, também insiste que

a forma de apresentação interfere diretamente na possibilidade de uso adequado da informação (Norman, 2013). Transportadas para o problema da linguagem mediada por IA, essas contribuições indicam que parágrafos objetivos, listas curtas de etapas, glosa de termos técnicos e síntese final não são apenas convenções estilísticas, mas mecanismos de acesso.

A justiça comunicativa emerge quando essa organização do texto distribui, de maneira mais equitativa, a possibilidade de compreender e agir. Fairclough já havia mostrado que o discurso participa da produção e reprodução de desigualdades sociais, de modo que formas opacas de linguagem podem funcionar como barreiras de acesso e legitimação (Fairclough, 1989; 1992). Em chave próxima, Willinsky sustenta que o valor público do conhecimento depende de sua capacidade de circular de forma inteligível e socialmente útil, especialmente quando envolve temas de interesse coletivo (Willinsky, 2000). Assim, a justiça comunicativa não se reduz à correção ética abstrata; ela depende da construção de enunciados capazes de tornar visíveis seus fundamentos, seus limites e seus caminhos de ação para públicos heterogêneos.

Esse ponto se torna ainda mais importante quando se considera a mediação técnica. Reeves e Nass demonstraram que pessoas frequentemente respondem a sistemas computacionais como se estivessem diante de agentes sociais, atribuindo-lhes características de credibilidade, personalidade e intenção (Reeves; Nass, 1996). Neff e Nagy, ao discutir a interação com sistemas automatizados, mostram que tal mediação produz uma agência simbiótica, na qual usuários e sistemas são percebidos em relação, e não como entidades discursivamente neutras (Neff; Nagy, 2016). Isso significa que o modo como a resposta se apresenta tem efeitos concretos sobre confiança, aceitação e obediência. Endereçamento inadequado ou legibilidade precária podem, assim, gerar não apenas confusão, mas também submissão indevida ou abandono da ação.

A discussão sobre justiça comunicativa também exige atenção à pluralidade expressiva. Lippi-Green demonstrou que ideologias linguísticas dominantes frequentemente transformam certas variedades de fala em padrão de legitimidade, marginalizando outras formas de expressão (Lippi-Green, 1997). Skutnabb-Kangas, em perspectiva crítica, mostra como processos de homogeneização linguística podem produzir exclusão e violência simbólica, especialmente em contextos institucionais (Skutnabb-Kangas, 2000). Em respostas mediadas por IA, a busca por clareza não pode ser confundida com imposição de um tom único, nivelado e supostamente neutro. A justiça comunicativa exige que a legibilidade seja compatível com diversidade de repertórios, experiências e posições sociais.

Dessa forma, endereçamento, legibilidade e justiça comunicativa compõem um mesmo problema teórico. O texto precisa ser compreensível, mas sem infantilizar; diretivo, mas sem impor; acolhedor, mas sem abdicar de razões e passos concretos. A boa comunicação mediada por IA não elimina o conflito interpretativo nem a necessidade de decisão, mas organiza o enunciado de modo a tornar mais explícitos o escopo da orientação, os fundamentos que a sustentam e as possibilidades reais de ação do destinatário. Quando isso ocorre, a linguagem deixa de operar como barreira ou mera superfície de autoridade e passa a funcionar como meio de acesso, responsabilização e participação discursiva mais justa.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui natureza estritamente teórica, com abordagem qualitativa, interpretativa e bibliográfica. Não pretende testar tecnicamente sistemas de Inteligência Artificial nem mensurar outputs por meio de experimentos computacionais. Seu objetivo é examinar, em nível conceitual, como a estilização algorítmica da linguagem pode ser compreendida a partir de categorias da Filosofia, da Linguística, da Estilística, da Pragmática, da Análise do Discurso e da Ética. Trata-se, assim, de um estudo voltado à formulação de um quadro teórico capaz de explicar relações entre forma textual, autoria, responsabilidade, poder e legibilidade em enunciados mediados por IA. A escolha pela pesquisa bibliográfica decorre da natureza do problema investigado, pois, como observam Lakatos e Marconi, esse tipo de investigação permite contato direto com o que já foi produzido sobre o tema, favorecendo novas articulações interpretativas, e não mera repetição (Lakatos; Marconi, 2017). Em sentido próximo, Boccato destaca que a pesquisa bibliográfica constitui estratégia de produção de conhecimento quando reorganiza criticamente referenciais já publicados em função de novas questões teóricas (Boccato, 2006).

A abordagem qualitativa justifica-se porque o foco recai sobre significados, posições enunciativas, efeitos discursivos e implicações éticas, e não sobre frequências estatísticas. Como lembram Minayo e Sanches, esse tipo de pesquisa é adequado à interpretação de processos simbólicos e sociais complexos (Minayo; Sanches, 1993). Além disso, o estudo assume caráter de análise conceitual, aproximando-se da proposta de Floridi de compreender a Filosofia como atividade de elaboração de quadros conceituais aptos a explicar problemas contemporâneos (Floridi, 2019). O corpus teórico compõe-se de dois conjuntos: obras de referência da Filosofia da linguagem, da Linguística, da Estilística, da Pragmática, da Sociolinguística, da Análise do Discurso e da Ética; e documentos públicos e institucionais

relacionados à comunicação, à governança e à Inteligência Artificial. Esses materiais não são tratados como amostra empírica, mas como base ilustrativa para observar como categorias como escopo, limites, justificativas, tom e organização textual aparecem em textos já existentes.

Os procedimentos de análise combinam revisão narrativa, leitura aproximada dos textos e interpretação categorial. A revisão narrativa foi escolhida porque permite articular autores de tradições distintas em torno de um mesmo problema, preservando densidade conceitual e flexibilidade interpretativa. A leitura do corpus foi orientada por três categorias centrais: autoria e responsabilidade, endereçamento e relações de poder, e estética e legibilidade. Cada texto foi examinado conforme sua contribuição para uma ou mais dessas dimensões, observando-se elementos como explicitação de escopo e limites, construção de autoridade, justificativas breves, organização formal e inteligibilidade em contextos sensíveis. O procedimento interpretativo aproxima-se de um close reading conceitual, pois busca acompanhar como cada autor formula problemas, distingue conceitos e produz categorias úteis para a análise da linguagem mediada por IA. Os exemplos extraídos de materiais públicos possuem apenas função ilustrativa, não configurando experimento, amostra empírica ou validação técnica. Em síntese, a metodologia assenta-se em três operações principais: seleção criteriosa do corpus teórico, leitura qualitativa orientada por categorias e articulação transversal entre referenciais, de modo a oferecer um quadro analítico consistente para pensar autoria, endereçamento, legibilidade e justiça comunicativa sem recorrer à experimentação técnica.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Autoria e responsabilidade nas respostas de IA

A autoria, em respostas mediadas por sistemas de Inteligência Artificial, não pode ser entendida em sentido simples, como se bastasse identificar quem “produziu” materialmente o texto. O problema é mais amplo, porque o enunciado chega ao destinatário já revestido de coerência, fluidez e aparência de segurança, o que tende a gerar confiança. Por isso, a questão central não é apenas a origem do texto, mas a forma como ele se apresenta como fala legítima e socialmente autorizada. Em contextos sensíveis, essa aparência de legitimidade interfere diretamente na interpretação do usuário e na maneira como ele distribui confiança, obediência e expectativa de verdade.

Do ponto de vista da Filosofia, a autoria não se reduz ao sujeito empírico que escreve. Em Wittgenstein, o significado depende do uso e das práticas em que a linguagem opera, de modo que a força de um enunciado decorre também da posição que ele ocupa em um jogo de linguagem determinado (Wittgenstein, 1953). Aplicada às respostas de IA, essa perspectiva permite perceber que a autoria se constrói no próprio funcionamento social do texto. Uma resposta que assume forma de orientação, aconselhamento ou encaminhamento já se posiciona discursivamente como voz competente, ainda que a origem técnica do enunciado permaneça distante do leitor.

Essa construção de autoria torna-se mais delicada porque a forma textual pode sugerir responsabilidade onde, de fato, há apenas organização probabilística da linguagem. Searle mostrou que a manipulação formal de símbolos não é suficiente para produzir compreensão semântica, o que significa que coerência textual não equivale a entendimento no sentido humano do termo (Searle, 1980). Em respostas de IA, isso implica reconhecer que a aparência de sentido não basta para garantir responsabilidade forte. Quanto mais convincente for a superfície do texto, maior a necessidade de explicitar escopo, limites e fundamentos, para que a autoridade percebida não opere sem lastro.

A Análise do Discurso ajuda a ampliar esse raciocínio ao mostrar que todo enunciado se vincula a práticas e instituições que o autorizam. Fairclough sustenta que o discurso deve ser entendido como prática social, inseparável de relações de poder e de ordens institucionais mais amplas (Fairclough, 1992; Fairclough, 1995). Assim, nas respostas de IA, a autoria não se concentra no sistema nem no programador, mas se distribui entre modelo, política institucional, infraestrutura técnica e forma discursiva. Se essa cadeia não é minimamente tornada visível, o enunciado produz uma autoridade opaca, cuja legitimidade é percebida, mas cujas bases permanecem pouco claras para o destinatário.

Esse problema se articula diretamente ao poder simbólico. Bourdieu demonstra que a eficácia social da linguagem depende das condições que autorizam uma fala a ser reconhecida como legítima (Bourdieu, 1991). Em respostas de IA, o estilo institucional, o vocabulário controlado e a sintaxe organizada produzem justamente esse efeito de legitimidade. O destinatário tende a ler a resposta como confiável não apenas pelo conteúdo, mas pelo modo como ela se apresenta. Por isso, autoria responsável exige mais do que coesão e correção formal. Exige que o texto indique de onde fala, em que se apoia e até onde sua orientação se aplica.

A Pragmática mostra que a interpretação não se orienta apenas pelo que é dito literalmente, mas pelas condições inferenciais que sustentam o enunciado. Grice demonstra

que a cooperação comunicativa depende de expectativas relativas à quantidade, qualidade, relevância e clareza (Grice, 1975). Quando uma resposta de IA assume tom excessivamente categórico, sem delimitar condições e exceções, ela transmite mais certeza do que pode justificar. Já a presença de modalizadores adequados, como “em geral”, “pode” e “costuma”, funciona como marca de prudência, reduzindo o risco de autoridade sem fundamento.

Entretanto, a responsabilidade não se resolve apenas pela cautela verbal. O texto também precisa indicar razões. Uma resposta responsável não apenas diz “o que fazer”, mas apresenta, ainda que em poucas linhas, o critério que sustenta a recomendação. Esse ponto aproxima a discussão da teoria dos atos de fala, porque a orientação não é simples descrição: ela faz algo no mundo, aconselha, adverte, encaminha, prioriza (Austin, 1962; Searle, 1969). Quando o enunciado orienta sem justificar, ele transforma a forma em autoridade nua. Quando orienta e explica, distribui melhor a responsabilidade e permite que o destinatário compreenda por que aquele caminho foi apresentado.

A responsabilidade também precisa ser pensada em chave ética. Jonas, ao tratar da técnica moderna, insiste que o poder ampliado das ações tecnológicas exige responsabilidade proporcional quanto às suas consequências (Jonas, 2006). Esse princípio pode ser transposto ao plano comunicativo. Se uma resposta produzida por IA pode alterar comportamentos, induzir escolhas ou influenciar decisões em saúde, justiça, educação e serviços, então sua estrutura textual deve ser concebida preventivamente, com atenção às consequências possíveis de ambiguidades, omissões e aparências indevidas de certeza. Responsabilidade, nesse cenário, não é apenas responder depois; é projetar o enunciado para reduzir risco antes.

A ética da IA reforça essa exigência. Floridi e Cowls propõem princípios como explicabilidade, responsabilidade e transparência como fundamentos para o uso socialmente legítimo de sistemas inteligentes (Floridi; Cowls, 2019). A Unesco, em sua Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial, também destaca transparência, prestação de contas e supervisão humana como dimensões centrais da governança tecnológica (Unesco, 2021). No plano textual, esses princípios significam que a resposta não deve se apresentar como fala autossuficiente. Ela precisa sinalizar sua natureza, seu limite e, quando necessário, a necessidade de complementação por profissionais ou instâncias competentes.

Há, ainda, uma dimensão interacional importante. Goffman demonstra que a vida social depende do manejo de impressões e da organização de expectativas recíprocas na interação (Goffman, 1959). Mesmo em interfaces automatizadas, o texto projeta uma presença, uma postura e um lugar social. Quando a resposta se constrói como voz neutra e plenamente segura, produz uma cena de autoridade que pode inibir dúvida e contestação.

Quando explicita que oferece orientação geral, que se baseia em determinados parâmetros e que certas decisões exigem validação externa, essa cena interacional muda: o destinatário continua amparado, mas não fica submetido a uma autoridade implícita e sem rosto.

Do ponto de vista da justiça comunicativa, a explicitação de autoria e responsabilidade também reduz desigualdades de interpretação. Usuários com menos familiaridade institucional, menor repertório técnico ou maior vulnerabilidade tendem a depender ainda mais dos sinais formais de legitimidade do enunciado. Se o texto não explicita seus limites, esses públicos ficam mais expostos à leitura de que a resposta vale como decisão pronta. Nesse sentido, autoria responsável é também um mecanismo de acesso, porque distribui melhor a compreensão sobre o que a resposta pode ou não pode fazer.

Em síntese, a autoria nas respostas de IA deve ser entendida como posição enunciativa construída discursivamente, e a responsabilidade como a capacidade de tornar essa posição inteligível, limitada e fundamentada. Isso exige escopo explícito, limites reconhecíveis, fundamentos minimamente indicados e razões breves que sustentem a orientação. Sem esses elementos, a forma textual opera como simulacro de legitimidade. Com eles, o enunciado torna-se mais imputável, mais auditável e mais compatível com exigências éticas e institucionais de contextos sensíveis.

Por essa razão, a análise de autoria e responsabilidade não pode permanecer restrita ao debate técnico sobre modelos e infraestruturas. Ela precisa alcançar a superfície visível do texto, isto é, a maneira concreta como a resposta se oferece ao destinatário. É nessa superfície que se decidem confiança, interpretação e possibilidade de ação. Em comunicação mediada por IA, a responsabilidade não pode ficar escondida atrás da fluidez do estilo. Ela precisa aparecer no próprio enunciado como traço de clareza institucional e de justiça comunicativa.

4.2 Endereçamento e relações de poder

O endereçamento diz respeito à forma como o enunciado posiciona o interlocutor e distribui papéis na interação. Em respostas mediadas por sistemas de Inteligência Artificial, essa dimensão é central porque o texto não apenas informa, mas enquadra o destinatário como alguém que deve compreender, decidir, obedecer, confirmar ou buscar ajuda adicional. A escolha entre um tom mais diretivo, mais cauteloso, mais acolhedor ou mais técnico não é neutra. Ela altera a percepção de autoridade do enunciado e redefine as possibilidades de ação do leitor, sobretudo quando a resposta circula em contextos sensíveis.

A Pragmática fornece uma base importante para compreender esse processo. Grice sustenta que a interpretação depende de expectativas cooperativas relativas à quantidade,

qualidade, relevância e modo do que é dito (Grice, 1975). Uma resposta que omite informações necessárias, que oferece detalhes excessivos ou que organiza mal seus passos compromete a cooperação discursiva. Em contextos mediados por IA, isso significa que o endereçamento não pode ser analisado apenas pelo tom aparente. É preciso observar se a forma da resposta realmente permite ao destinatário reconstruir o que deve fazer, por que deve fazer e em que condições aquela orientação faz sentido.

A relação entre endereçamento e poder torna-se mais clara quando se considera a teoria da polidez. Brown e Levinson mostram que toda interação envolve riscos à “face” dos participantes, isto é, à imagem social que procuram preservar (Brown; Levinson, 1987). Orientações imperativas, correções diretas e advertências categóricas podem ameaçar essa face, especialmente quando o destinatário se encontra em posição de vulnerabilidade ou incerteza. Em respostas de IA, o problema é agravado porque a fala muitas vezes aparece como institucionalmente segura e, por isso, mais difícil de contestar. O modo de dizer, então, precisa reduzir a agressividade pragmática sem eliminar a clareza da recomendação.

Essa tensão não se resolve com mera suavização verbal. Um texto excessivamente acolhedor, mas sem razões e sem encaminhamentos concretos, pode transformar o endereçamento em conforto discursivo vazio. Kerbrat-Orecchioni lembra que a interação verbal é sempre regulada por negociações finas de posição, reciprocidade e intenção, de modo que a escolha do tom interfere diretamente na força do enunciado e no espaço de resposta do interlocutor (Kerbrat-Orecchioni, 2006). No caso das respostas mediadas por IA, isso significa que o acolhimento precisa estar articulado a justificativas breves e a passos exequíveis. Sem essa articulação, o destinatário é tratado com aparente cuidado, mas permanece sem agência real.

A noção de agência é decisiva. Suchman critica a ideia de que ação e compreensão possam ser reduzidas a planos abstratos, insistindo que a interação depende de situações concretas e de respostas contextualizadas (Suchman, 2007). Aplicada ao problema do endereçamento, essa perspectiva mostra que a eficácia da orientação depende de sua capacidade de se conectar a condições reais de uso. Um texto que manda “buscar o órgão competente”, sem explicar qual órgão, em que caso e por qual caminho, falha em transformar informação em ação. A relação de poder, nesse caso, permanece unilateral: o enunciado ocupa a posição de quem sabe, e o destinatário fica sozinho com a tarefa de reconstruir o procedimento.

Também Goffman contribui para essa discussão ao mostrar que a interação social envolve enquadramentos e performances que organizam expectativas recíprocas (Goffman,

1959). Mesmo quando o interlocutor sabe que está diante de uma interface automatizada, o texto projeta uma presença e uma postura. Uma resposta que usa linguagem objetiva, tom seguro e sequência organizada de instruções tende a ser recebida como fala autorizada. Se esse endereçamento não explicita limites e não oferece espaço para dúvida, a assimetria cresce. O usuário não é apenas informado; ele é colocado em posição de aderir a um roteiro aparentemente incontestável.

A Sociolinguística ajuda a perceber que esse enquadramento não afeta todos os destinatários do mesmo modo. Hymes argumenta que a competência comunicativa inclui saber o que é apropriado dizer, a quem, em que contexto e com que efeitos (Hymes, 1974). Em comunicação pública, isso implica reconhecer que públicos diferentes demandam diferentes modos de endereçamento. Um texto que pressupõe alto letramento institucional, familiaridade jurídica ou domínio técnico reforça desigualdades prévias. A relação de poder não está apenas no conteúdo da ordem ou da orientação, mas na distância entre a linguagem utilizada e a capacidade real do destinatário de compreendê-la e acioná-la.

Essa dimensão se conecta à noção de poder simbólico. Bourdieu mostra que certas formas de falar são socialmente reconhecidas como legítimas e, por isso, produzem obediência e credibilidade com maior eficácia (Bourdieu, 1991). Em respostas de IA, a adoção de um estilo formal, neutro e bem organizado pode intensificar esse efeito. O destinatário tende a atribuir ao texto uma legitimidade que não decorre apenas da substância do que é dito, mas da forma com que é dito. Quando o endereçamento assume um tom excessivamente técnico ou normativo, a autoridade simbólica do texto cresce, ao mesmo tempo em que diminui o espaço de questionamento e de reapropriação crítica por parte do leitor.

A legibilidade, nesse ponto, funciona como contraponto ético ao poder. Nielsen sustenta que a boa comunicação em interfaces depende de organização clara, previsibilidade e baixo custo cognitivo para o usuário (Nielsen, 1993). Norman, por sua vez, ressalta que o design centrado no usuário deve tornar visíveis as possibilidades de ação e reduzir ambiguidades operacionais (Norman, 2013). Quando esses princípios são trazidos para a linguagem mediada por IA, o endereçamento deixa de ser apenas uma escolha de tom e passa a ser também uma questão de justiça prática. Um texto legível redistribui poder porque permite ao destinatário identificar melhor seus caminhos de decisão.

Isso é particularmente importante em contextos institucionais. Shneiderman argumenta que sistemas voltados ao público devem priorizar controle compreensível, feedback claro e apoio à tomada de decisão (Shneiderman, 1997). Em respostas de IA, tal prioridade se traduz

em diretrizes simples: orientar com passos proporcionais ao risco, justificar cada recomendação com uma razão breve e indicar canais quando houver necessidade de escalonamento. O endereçamento adequado, portanto, não elimina a autoridade do texto, mas a reorganiza em termos menos assimétricos. A autoridade deixa de operar como imposição silenciosa e passa a funcionar como mediação inteligível.

Do ponto de vista ético, a questão não é abolir a diretividade, mas calibrá-la. Jonas sustenta que a técnica exige responsabilidade ampliada justamente porque seus efeitos ultrapassam o ato imediato (Jonas, 2006). Em comunicação mediada por IA, isso significa que a escolha do tom deve ser proporcional ao risco da situação. Em um caso de urgência, o texto pode e deve ser mais firme; em um caso de menor risco, pode abrir alternativas e trabalhar com maior cautela. O problema surge quando a forma do enunciado mantém sempre o mesmo regime de autoridade, independentemente do contexto. Aí o endereçamento deixa de ser ajustado e passa a ser padronização de poder.

A discussão contemporânea sobre interação com sistemas digitais reforça essa preocupação. Reeves e Nass demonstraram que usuários tendem a tratar computadores e interfaces como se fossem atores sociais, atribuindo-lhes credibilidade, intenção e traços relacionais (Reeves; Nass, 1996). Neff e Nagy mostram que essa dinâmica gera uma espécie de agência simbiótica, em que tecnologia e usuário constroem conjuntamente a cena de interação (Neff; Nagy, 2016). Em respostas de IA, isso significa que o modo de endereçamento produz efeitos concretos sobre confiança, obediência e percepção de autoridade. Quanto mais o texto parecer “saber” e “conduzir”, maior a necessidade de equilibrar essa força com explicitação de razões, limites e canais.

Desse modo, o endereçamento nas respostas de IA deve ser compreendido como mecanismo de distribuição de poder. Ele pode ampliar assimetrias, quando combina autoridade formal com ausência de justificativas e de caminhos claros; pode também favorecer agência, quando apresenta razões acessíveis, organização legível e orientação proporcional ao risco. A questão central não está em escolher entre tom acolhedor ou tom diretivo, mas em evitar que qualquer um deles opere de modo opaco. O endereçamento justo é aquele que permite ao destinatário compreender a orientação, reconhecer seus limites e agir sem ser submetido nem abandonado.

4.3 Estética, legibilidade e padronização

A estética do enunciado, entendida aqui como organização formal da linguagem, não se reduz a um problema de aparência textual. Em respostas mediadas por sistemas de

Inteligência Artificial, ela participa diretamente da produção de sentido, da distribuição de atenção e da orientação prática do destinatário. A forma do texto, seu ritmo, sua ordem interna, a escolha de conectores, a densidade lexical e a disposição de informações funcionam como operadores de inteligibilidade. Assim, discutir estética em contextos de IA não significa ornamentar o discurso, mas investigar como a materialidade verbal condiciona compreensão, confiança e ação.

A legibilidade, nesse quadro, constitui uma dimensão fundamental. David Crystal observa que a linguagem não pode ser separada de seus modos de organização e de recepção, pois a inteligibilidade depende da relação entre forma, contexto e repertório do leitor (Crystal, 2008). Em contextos públicos, essa inteligibilidade precisa ser tratada como requisito de acesso. Um texto pode estar semanticamente correto e, ainda assim, ser pouco legível se acumula períodos longos, tecnicismos não explicados e estrutura argumentativa opaca. A legibilidade, portanto, não é um adjetivo secundário da boa escrita, mas uma condição prática para que a orientação se transforme em ação compreensível.

Essa compreensão aproxima-se do campo do design da informação e da usabilidade. Nielsen argumenta que sistemas e mensagens eficazes devem reduzir custo cognitivo, tornar caminhos previsíveis e permitir reconhecimento rápido das ações possíveis (Nielsen, 1993). Norman sustenta, em direção semelhante, que o design centrado no usuário exige tornar visíveis as possibilidades de uso e minimizar ambiguidades de interpretação (Norman, 2013). Quando esses princípios são transpostos para a linguagem mediada por IA, fica claro que parágrafos objetivos, sequência lógica, listas curtas e síntese final não são meras escolhas de estilo, mas dispositivos de organização cognitiva.

A Estilística oferece contribuição decisiva para compreender por que essa organização importa. Bally mostrou que as escolhas formais da língua carregam valores expressivos e funcionais, não apenas informativos (Bally, 1909). Lapa e Nilce Sant'Anna Martins insistem que o estilo resulta da relação entre forma e efeito, entre seleção linguística e finalidade comunicativa (Lapa, 1970; Martins, 1989). Sob essa perspectiva, a legibilidade não depende apenas de simplificação, mas de adequação expressiva. Um texto bem organizado não é necessariamente “mais pobre”; ao contrário, pode ser mais preciso e mais justo porque distribui melhor o esforço interpretativo.

O problema surge quando a busca por clareza se converte em padronização excessiva. Em contextos mediados por IA, a produção em escala tende a favorecer estruturas estáveis, conectores recorrentes, cadências previsíveis e vocabulário controlado. Esse processo pode gerar o que se chama aqui de “nivelamento tonal”, isto é, um aplanamento da variação

expressiva em favor de uma uniformidade aparentemente segura. Embora essa padronização produza sensação de consistência, ela também pode neutralizar nuances situacionais, reduzir densidade semântica e enfraquecer sinais importantes de prioridade, cautela ou exceção.

A crítica ao nivelamento encontra apoio em reflexões sociolinguísticas e discursivas. Halliday, ao tratar a linguagem como semiótica social, mostra que formas linguísticas sempre respondem a funções e contextos de uso específicos (Halliday, 1978). Quando a padronização ignora essas especificidades, o texto perde aderência ao contexto e se torna menos responsivo às necessidades reais do destinatário. Fairclough, por sua vez, permite compreender que a homogeneização formal também é um fenômeno político, pois certos estilos são naturalizados como neutros e universais, enquanto outros são marginalizados (Fairclough, 1992). Em respostas de IA, isso significa que a padronização não é apenas solução técnica; ela pode ser também mecanismo de normalização discursiva.

A redundância é um aspecto importante dessa discussão. Nem toda repetição compromete a legibilidade. Há redundâncias estratégicas, que reforçam informações críticas, recapitulam passos e ajudam a memória do leitor. Shannon já mostrava que sistemas de comunicação dependem, em alguma medida, de redundância para preservar estabilidade e reduzir ruído (Shannon, 1948). O problema não é repetir, mas repetir sem função. Quando conectores, fórmulas de cautela ou instruções aparecem de modo mecânico, sem acréscimo de sentido, a leitura se torna pesada e previsível. A redundância deixa de ser suporte cognitivo e passa a ser excesso textual.

A noção de variação controlada surge, então, como contraponto necessário. Juraska e Walker demonstram que a variação estilística em sistemas de geração de linguagem não é mero luxo estético, mas componente relevante para naturalidade e adequação contextual (Juraska; Walker, 2018). Walker, Cahn e Whittaker, em estudo mais antigo, já indicavam que a modulação do estilo interfere na forma como agentes são percebidos social e afetivamente (Walker; Cahn; Whittaker, 1997). Em termos mais amplos, isso significa que respostas de IA não precisam escolher entre uniformidade total e caos expressivo. É possível buscar consistência normativa com alguma margem de variação na ordem dos argumentos, no ritmo frasal e no repertório lexical.

Essa margem é importante também por razões de justiça comunicativa. Lippi-Green mostrou como padrões de linguagem socialmente legitimados podem converter-se em instrumentos de exclusão simbólica, ao marginalizar vozes e repertórios que não se ajustam ao modelo dominante (Lippi-Green, 1997). Skutnabb-Kangas, em perspectiva convergente, alerta para os efeitos excludentes de processos de homogeneização linguística em ambientes

institucionais (Skutnabb-Kangas, 2000). Em respostas mediadas por IA, a imposição de um único tom, sempre igual, sempre controlado, pode reforçar a ideia de que há apenas uma forma legítima de dizer e compreender. A estética padronizada, nesse caso, deixa de ser instrumento de acesso e passa a operar como filtro de legitimidade.

Ao mesmo tempo, a defesa da variação não pode ignorar a necessidade de previsibilidade em contextos sensíveis. Em saúde, justiça e serviços públicos, a forma do texto precisa ser estável o suficiente para garantir segurança interpretativa. O ponto, portanto, não é recusar padronização, mas qualificá-la. Padronizar deve significar assegurar clareza mínima, presença de escopo, razões e encaminhamentos, e não produzir uma voz impessoal absoluta. A estética adequada é aquela que permite reconhecer a instituição, sem apagar o contexto; que organiza o texto, sem transformá-lo em fórmula rígida; que torna a leitura simples, sem torná-la monótona ou sem densidade.

Do ponto de vista ético, essa questão pode ser articulada com a ideia de design responsável. Friedman, Kahn Jr. e Borning, ao desenvolverem o design sensível a valores, defendem que sistemas e interfaces precisam incorporar valores humanos desde sua concepção, e não apenas depois, como correção externa (Friedman; Kahn Jr.; Borning, 2008). Em linguagem mediada por IA, isso significa que legibilidade, forma e variação não devem ser tratadas como acabamento posterior, mas como parte constitutiva da responsabilidade comunicativa. A estética torna-se, assim, uma dimensão moral da própria forma de orientar.

Em síntese, estética, legibilidade e padronização compõem um campo de tensão central para a análise da linguagem mediada por IA. A legibilidade é indispensável porque reduz barreiras cognitivas e facilita a ação; a padronização é útil porque oferece estabilidade e previsibilidade; mas o excesso de uniformidade produz nivelamento tonal, empobrecimento expressivo e risco de neutralização indevida. A boa forma, nesse contexto, é uma forma calibrada: suficientemente organizada para ser clara, suficientemente variada para ser justa, suficientemente consistente para ser confiável, sem perder sensibilidade às diferenças de situação, domínio e público.

4.4 Riscos da estilização algorítmica

A estilização algorítmica da linguagem produz riscos que não se limitam ao plano técnico da geração textual. Seu alcance é discursivo, social e institucional, porque o modo de dizer interfere na forma como o destinatário compreende a orientação, atribui legitimidade ao enunciado e decide agir. Em contextos mediados por Inteligência Artificial, o risco não decorre apenas de eventual erro factual, mas também da combinação entre fluidez, coerência

aparente e padronização estilística, que pode transformar um texto formalmente convincente em uma fala recebida como autorizada, ainda quando seus fundamentos não estejam devidamente explicitados.

Um primeiro risco consiste na produção de autoridade não justificada. Quando a resposta se apresenta com tom seguro, registro estável e estrutura organizada, o destinatário tende a reconhecer nela uma espécie de competência institucional implícita. Reeves e Nass mostram que usuários frequentemente tratam sistemas computacionais como atores sociais, projetando neles credibilidade, intenção e traços relacionais (Reeves; Nass, 1996). Em respostas de IA, isso significa que o estilo pode produzir um efeito de confiança anterior à verificação dos fundamentos. Se escopo, limites e razões não são enunciados com clareza, a forma textual passa a carregar uma legitimidade que não necessariamente corresponde à solidez da orientação oferecida.

Um segundo risco refere-se à opacidade discursiva. Burrell demonstra que sistemas algorítmicos frequentemente operam sob formas de opacidade que dificultam a compreensão pública de seus critérios e processos (Burrell, 2016). Embora essa discussão costume incidir sobre a arquitetura do sistema, ela possui desdobramento direto no plano textual: uma resposta pode ser linguisticamente clara e, ao mesmo tempo, opaca quanto à sua base de sustentação. Quando o enunciado não informa de onde fala, a que referência se vincula e em que condições deve ser interpretado, a opacidade não desaparece; apenas se desloca da infraestrutura técnica para a superfície do discurso.

Há também o risco de neutralização indevida do conflito e da incerteza. A padronização estilística tende a apresentar os enunciados como se fossem igualmente estáveis, igualmente prudentes e igualmente aplicáveis. No entanto, contextos sensíveis exigem gradações de risco, distinções entre informação geral e encaminhamento específico, além de variação na intensidade da diretividade. Quando essa variação desaparece, o texto pode neutralizar diferenças cruciais entre situações. A aparência de equilíbrio passa, então, a ocultar simplificações excessivas e a enfraquecer a percepção de que certas decisões dependem de validação profissional ou institucional.

Outro risco importante diz respeito à compreensão da pluralidade expressiva. Lippi-Green demonstra que padrões de linguagem legitimados socialmente podem funcionar como mecanismos de exclusão simbólica, convertendo determinadas formas de falar em critério implícito de autoridade e correção (Lippi-Green, 1997). Em respostas mediadas por IA, a homogeneização tonal e lexical pode reforçar esse processo, sobretudo quando o texto passa a reproduzir um único regime de voz, sempre estável, controlado e descontextualizado.

O problema não está apenas na monotonia estilística, mas no fato de que tal monotonia tende a invisibilizar diferenças de repertório, de contexto e de posição social.

Esse efeito de homogeneização possui também implicações políticas. Fairclough observa que formas discursivas naturalizadas como neutras ou universais frequentemente funcionam como dispositivos de reprodução de relações de poder (Fairclough, 1992). Quando a estilização algorítmica se converte em padrão dominante de orientação pública, a neutralidade formal do texto pode mascarar a imposição silenciosa de uma única forma legítima de informar, aconselhar e encaminhar. O risco, aqui, não é apenas estético, mas institucional: a padronização excessiva pode reduzir a capacidade de adaptação do discurso a públicos diversos e consolidar uma lógica de comunicação aparentemente acessível, mas socialmente pouco sensível.

Há, ainda, o risco da empatia performativa. Bickmore, Pfeifer e Ying mostram que agentes conversacionais podem produzir efeitos de aliança terapêutica ou acolhimento relacional mesmo sem participação humana efetiva na interação (Bickmore; Pfeifer; Ying, 2010). Em sistemas de IA, isso significa que expressões de compreensão, apoio ou proximidade podem gerar confiança emocional sem oferecer, necessariamente, razões suficientes ou encaminhamentos adequados. O texto se torna afetivamente eficaz, mas pragmaticamente insuficiente. Nesses casos, o destinatário pode sentir-se acolhido e, ao mesmo tempo, permanecer sem orientação concreta, o que é particularmente problemático em contextos de vulnerabilidade.

Outro risco relevante é o enfraquecimento da autonomia crítica do destinatário. Turkle argumenta que a interação contínua com tecnologias comunicativas pode alterar expectativas relacionais e cognitivas, fazendo com que os sujeitos passem a esperar respostas imediatas, lisas e pouco conflituosas (Turkle, 2011). Em respostas mediadas por IA, a estilização excessivamente fluida pode contribuir para esse processo, oferecendo enunciados que parecem completos, fechados e autossuficientes. O risco não está apenas em errar, mas em reduzir o espaço de dúvida, contestação e elaboração autônoma do sentido. A resposta bem formatada pode inibir a pergunta seguinte.

A segurança interpretativa também pode ser comprometida quando a estilização reduz a percepção de excepcionalidade. Em áreas como saúde, justiça e serviços públicos, certas situações exigem urgência, canais específicos ou validação externa. Se o texto mantém sempre o mesmo tom moderado, o mesmo ritmo e a mesma forma de aconselhamento, o destinatário pode não perceber com clareza quando está diante de um caso mais sensível. A

padronização, nesse ponto, transforma-se em risco operacional: ela preserva consistência, mas enfraquece sinalizações de prioridade, gravidade ou contingência.

Do ponto de vista ético, esses riscos mostram que a forma do texto deve ser tratada como componente da própria responsabilidade técnica. Friedman, Kahn Jr. e Borning sustentam que sistemas e interfaces devem incorporar valores humanos desde sua concepção, e não apenas como correção posterior (Friedman; Kahn Jr.; Borning, 2008). No caso da linguagem mediada por IA, isso implica reconhecer que escolhas de tom, ordem, explicitação e variação não são acabamentos estilísticos. Elas participam da proteção do usuário, da inteligibilidade pública e da justiça comunicativa. A omissão desse cuidado transforma o estilo em vetor silencioso de risco.

Em síntese, os riscos da estilização algorítmica decorrem justamente de sua eficácia. Quanto mais fluida, organizada e confiável parece a resposta, maior pode ser seu potencial de produzir autoridade sem fundamento explícito, neutralização do contexto, compressão da pluralidade expressiva e enfraquecimento da autonomia crítica. O problema, portanto, não é a existência de estilo, mas sua padronização acrítica. Em contextos públicos, a governança do modo de dizer torna-se necessária para evitar que a forma, em vez de facilitar acesso e compreensão, produza opacidade, assimetria e dano simbólico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo buscou demonstrar que a estilização algorítmica da linguagem não deve ser tratada como aspecto secundário das respostas mediadas por sistemas de Inteligência Artificial. O modo de dizer, longe de funcionar como simples revestimento formal, participa da própria estrutura de produção de sentido, interfere na percepção de legitimidade e condiciona a passagem da informação à ação. Em contextos públicos e sensíveis, isso significa que a qualidade de uma resposta não pode ser avaliada apenas por sua correção factual, mas também por sua capacidade de explicitar limites, distribuir responsabilidade, orientar sem impor e organizar o texto de modo compreensível.

Ao adotar a linguagem como tecnologia social, o artigo procurou deslocar a discussão da esfera estritamente técnica para um campo mais amplo, no qual forma, poder e responsabilidade aparecem como dimensões inseparáveis. Essa perspectiva encontra respaldo em Halliday, para quem a linguagem deve ser compreendida como semiótica social, isto é, como sistema de significação sempre vinculado a práticas, papéis e instituições (Halliday, 1978). Na mesma direção, Fairclough sustenta que o discurso não apenas reflete o social, mas

participa ativamente de sua produção e reprodução, de modo que as formas discursivas nunca são neutras em relação às estruturas de poder que as atravessam (Fairclough, 1992). Pensar respostas de IA sob essa chave permite compreender que o estilo não apenas comunica, mas enquadra o destinatário, estabiliza expectativas e naturaliza formas de autoridade.

A análise também mostrou que a questão da autoria, em respostas mediadas por IA, não pode ser reduzida ao problema técnico da origem do texto. O enunciado adquire força social porque se apresenta como fala coerente, organizada e, muitas vezes, prudentemente formulada. No entanto, como a tradição filosófica lembra, correção formal não equivale a compreensão nem a responsabilidade. A formulação de Wittgenstein segundo a qual o significado de uma palavra depende de seu uso na linguagem desloca a análise para o plano das práticas e dos efeitos, mostrando que a autoria se constrói no funcionamento social do enunciado e não apenas em sua produção material (Wittgenstein, 1953). Quando esse enunciado chega ao usuário com aparência de segurança, mas sem indicar escopo, limites e fundamentos, o que se produz é um efeito de autoria opaca. A responsabilidade, então, precisa ser pensada não como simples atribuição externa, mas como traço que deve aparecer no próprio texto.

Nesse ponto, a contribuição de Searle mostrou-se decisiva. Ao afirmar que a sintaxe não é suficiente para a semântica, o autor evidencia que a manipulação formal de símbolos não garante compreensão no sentido forte do termo (Searle, 1980). Essa distinção é fundamental para o debate sobre respostas de IA, pois impede que a fluidez linguística seja confundida com responsabilidade epistêmica. Um texto bem construído pode orientar, persuadir e até acalmar, mas isso não significa que sua autoridade esteja automaticamente justificada. Daí a importância de mecanismos discursivos simples, porém decisivos, como a explicitação de que se trata de orientação geral, a indicação de bases reconhecíveis e a presença de justificativas breves para cada encaminhamento. Tais marcas não empobrecem o texto. Ao contrário, aumentam sua legitimidade e reduzem interpretações equivocadas sobre o alcance da fala automatizada.

No eixo do endereçamento, a análise mostrou que a relação entre orientação e poder depende diretamente do modo como o texto organiza a posição do destinatário. A teoria da polidez de Brown e Levinson ajuda a compreender que toda interação envolve gestão de face, isto é, proteção e ameaça à imagem social dos participantes (Brown; Levinson, 1987). Em respostas de IA, essa gestão se torna delicada porque o texto pode facilmente oscilar entre dois extremos problemáticos: o imperativo sem justificativa, que amplia assimetrias e desloca a autoridade para uma posição quase incontestável, e a fala excessivamente acolhedora, que

protege a face do destinatário, mas o deixa sem direção prática. A comunicação justa exige um equilíbrio mais fino. É necessário orientar com clareza, mas também com razões visíveis, alternativas proporcionais ao risco e abertura para que o interlocutor compreenda o porquê do caminho sugerido. Nessa medida, o bom endereçamento não reduz o destinatário à posição de mero executor, mas o reconhece como agente capaz de interpretar e decidir.

A dimensão da Estilística e da legibilidade permitiu acrescentar um ponto igualmente importante: a forma do texto interfere na justiça da comunicação. Bally já havia mostrado que o estilo não é mero ornamento, mas realização expressiva e funcional da língua (Bally, 1909). Em contexto contemporâneo, isso significa que escolhas de estrutura, ritmo, densidade e organização informacional afetam diretamente o acesso ao sentido. Um texto com longos blocos expositivos, excesso de tecnicismos ou pouca hierarquia interna pode permanecer semanticamente correto e, ainda assim, ser pouco acessível. Nielsen e Norman, em campos próximos ao da usabilidade e do design da informação, mostram que a previsibilidade, a clareza e a organização dos caminhos de leitura reduzem esforço cognitivo e favorecem ação adequada (Nielsen, 1993; Norman, 2013). Em respostas mediadas por IA, parágrafos objetivos, síntese final, glosa de termos técnicos e progressão clara de ideias não são detalhes editoriais, mas condições de inteligibilidade pública.

A crítica à padronização excessiva também se revelou incontornável. Embora a consistência seja importante, sobretudo em ambientes institucionais, o excesso de uniformidade produz aquilo que foi tratado ao longo do artigo como nivelamento tonal. Essa homogeneização pode gerar sensação de neutralidade e previsibilidade, mas tende a apagar nuances contextuais, reduzir densidade expressiva e transformar o texto em superfície lisa, pouco sensível à diferença entre situações, públicos e riscos. Aqui, as advertências de Lippi-Green e de Skutnabb-Kangas ajudam a compreender que a padronização linguística nunca é apenas técnica: ela participa de processos de legitimação e exclusão simbólica, reforçando a ideia de que haveria uma única forma adequada de dizer e compreender (Lippi-Green, 1997; Skutnabb-Kangas, 2000). Em respostas de IA, o risco é que a busca por segurança formal acabe convertendo a linguagem em instrumento de achatamento discursivo, com perda de pluralidade expressiva e de aderência ao contexto.

O artigo também procurou mostrar que essas questões não pertencem apenas ao campo da reflexão abstrata, mas possuem consequências institucionais concretas. Quando uma resposta automatizada afeta decisões relativas à saúde, justiça, educação ou serviços públicos, a forma do enunciado passa a integrar o dever de informação adequada. Isso aproxima o debate da ética da tecnologia. Jonas lembra que a técnica moderna exige responsabilidade

ampliada justamente porque seus efeitos ultrapassam o momento imediato da ação (Jonas, 2006). Floridi e Cowls, ao propor princípios para a governança ética da IA, reforçam a necessidade de transparência, explicabilidade e responsabilidade como elementos constitutivos do uso legítimo dessas tecnologias (Floridi; Cowls, 2019). No plano da linguagem, isso significa que o “modo de dizer” precisa ser pensado como parte do desenho responsável da interação, e não como acabamento posterior.

Por essa razão, a principal contribuição deste artigo está em sustentar que a governança da Inteligência Artificial precisa incluir a governança do estilo. Não basta discutir modelos, infraestruturas, vieses de treinamento ou protocolos de segurança. É igualmente necessário perguntar como o texto se apresenta, que tipo de autoridade performa, como enquadra o destinatário e de que maneira distribui possibilidade de compreensão e ação. Essa ampliação do debate não substitui preocupações técnicas, mas as complementa. Em muitos casos, o dano não decorre de falsidade evidente, e sim da combinação entre aparência de legitimidade, ausência de fundamentos visíveis, diretividade mal calibrada e organização textual insuficiente. Nesses cenários, a forma do discurso passa a ser um fator decisivo de risco.

Ao mesmo tempo, a natureza teórica do estudo impõe prudência às conclusões. Não se pretende afirmar, com base neste artigo, como todos os sistemas de IA se comportam empiricamente, nem estabelecer generalizações causais sobre efeitos de determinados estilos em diferentes públicos. O que se ofereceu foi um quadro conceitual rigoroso para compreender por que autoria, responsabilidade, endereçamento, poder, estética e legibilidade devem ser pensados em conjunto. Esse quadro pode servir de base para estudos futuros, inclusive empíricos, voltados à observação de documentos institucionais, respostas automatizadas e recepção por parte de usuários. A utilidade do percurso teórico está justamente em fornecer categorias mais precisas para que tais investigações não reduzam a linguagem a mera superfície técnica.

Em síntese, a estilização algorítmica da linguagem deve ser reconhecida como problema central para a reflexão contemporânea sobre Inteligência Artificial. O texto automatizado não é apenas produto de processamento linguístico, mas forma de intervenção social. Ele distribui legitimidade, organiza expectativas, modula relações de poder e pode ampliar ou reduzir a capacidade de ação do destinatário. Tratar o estilo como objeto legítimo de análise e de governança significa recolocar a linguagem no centro do debate sobre tecnologia, não como adorno, mas como dimensão decisiva da responsabilidade pública. Nessa medida, a contribuição deste artigo está em afirmar que justiça comunicativa, em

ambientes mediados por IA, depende tanto do que se diz quanto da forma como se diz, e que essa forma precisa ser tornada visível, discutível e eticamente calibrada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BAKHTIN, Mikhail. **The dialogic imagination**: four essays. Austin: University of Texas Press, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. **Speech genres and other late essays**. Austin: University of Texas Press, 1986.

BALLY, Charles. **Traité de stylistique française**: premier volume. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1909.

BICKMORE, Timothy W.; PFEIFER, Laura M.; YING, Anne. **Therapeutic alliance with conversational agents**. In: ACM INTERNATIONAL CONFERENCE ON HEALTH INFORMATICS, 2010. Proceedings [...]. [s.l.]: ACM, 2010. p. 169–178.

BOCCATO, Vera Regina. **Pesquisa bibliográfica**: estratégia para construção do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 66–72, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 1991.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BURRELL, Jenna. How the machine “thinks”: understanding opacity in machine learning algorithms. **Big Data & Society**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 1–12, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2660674. Acesso em: 30 jan. 2026.

CRYSTAL, David. **A dictionary of linguistics and phonetics**. 6. ed. Oxford: Blackwell, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis**: the critical study of language. London: Longman, 1995.

FLORIDI, Luciano. **The logic of information**: a theory of philosophy as conceptual design. Oxford: Oxford University Press, 2019.

FLORIDI, Luciano; COWLS, Josh. A unified framework of five principles for AI in society. **Harvard Data Science Review**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2019.

FRIEDMAN, Batya; KAHN JR., Peter H.; BORNING, Alan. Value sensitive design and information systems. In: HIMMA, Kenneth E.; TAVANI, Herman T. (eds.). **The handbook of information and computer ethics**. Hoboken: Wiley, 2008. p. 69–101.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life**. New York: Doubleday, 1959.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.). **Syntax and semantics: speech acts**. New York: Academic Press, 1975. p. 41–58.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.

HYMES, Dell. **Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.

JONAS, Hans. **O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

JURASKA, Juraj; WALKER, Marilyn A. **Characterizing variation in crowd-sourced data for training neural language generators to produce stylistically varied outputs**. In: PROCEEDINGS OF THE 11TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON NATURAL LANGUAGE GENERATION, 2018, Tilburg University, The Netherlands. Anais [...]. [s.l.]: Association for Computational Linguistics, 2018. p. 441–450. Disponível em: <https://aclanthology.org/W18-6554/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **A interação verbal**. São Paulo: Contexto, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. 7. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1970.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LIPPI-GREEN, Rosina. **English with an accent: language, ideology, and discrimination in the United States**. London: Routledge, 1997.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Estilística e gramática do português**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio de Oliveira. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Caderno de Saúde Pública, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 237–247, 1993.

NEFF, Gina; NAGY, Peter. **Talking to bots: symbiotic agency and the case of Tay**. International Journal of Communication, [s.l.], v. 10, p. 4915–4931, 2016.

NIELSEN, Jakob. **Usability engineering**. San Francisco: Morgan Kaufmann, 1993.

NORMAN, Donald A. **The design of everyday things**. New York: Basic Books, 2013.

REEVES, Byron; NASS, Clifford. **The media equation**: how people treat computers, television, and new media like real people and places. Stanford: CSLI Publications, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini; José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

SEARLE, John R. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John R. Minds, brains, and programs. **Behavioral and Brain Sciences**, [s.l.], v. 3, n. 3, p. 417–424, 1980.

SHANNON, C. E. **A mathematical theory of communication**. Bell System Technical Journal, [s.l.], v. 27, n. 3, p. 379–423, 1948.

SHNEIDERMAN, Ben. **Designing the user interface**: strategies for effective human-computer interaction. 3. ed. Reading: Addison-Wesley, 1997.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. **Linguistic genocide in education** – or worldwide diversity and human rights? Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

SUCHMAN, Lucy A. **Human–machine reconfigurations**: plans and situated actions. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TURKLE, Sherry. **Alone together**: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

UNESCO. **Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence**. Paris: UNESCO, 2021.

WALKER, Marilyn A.; CAHN, Janet E.; WHITTAKER, Stephen J. Improvising linguistic style: social and affective bases for agent personality. In: **PROCEEDINGS OF THE CONFERENCE ON AUTONOMOUS AGENTS (AGENTS '97)**, 1997, Marina del Rey, California. Anais [...]. New York: ACM Press, 1997. p. 96–105. Disponível em: <https://users.soe.ucsc.edu/~maw/papers/aa97-final.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

WILLINSKY, John. **If only we knew**: increasing the public value of social science research. New York: Routledge, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical investigations**. Oxford: Blackwell, 1953.